



A Subalternização dos Corpos Negros: Uma Perspectiva Contracolonial

The Subalternization of Black Bodies: A Countercolonial Perspective

Bruna da Silva Carneiro

Graduada em Pedagogia/UFG, atualmente estudante de Licenciatura em Dança/IFG e também mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS da Universidade Federal de Goiás, UFG. Ensaio realizado como atividade final da disciplina de Antropologia, Educação e Interculturalidade - ministrada pelo Prof. Dr. Alexandre Ferraz Herbetta. Goiânia/Goiás, Brasil.

Resumo: O estudo aborda a subalternização dos corpos negros, um fenômeno enraizado nas estruturas sociais e políticas historicamente construídas pelo colonialismo e pela escravidão. Explora como essas práticas desumanizantes, que objetificaram e marginalizaram os corpos negros, continuam a se manifestar em contextos contemporâneos. A partir de uma perspectiva contracolonial, o estudo visa questionar as narrativas dominantes que perpetuam essa subalternização e propor formas de resistência.

Palavras-chave: antropologia; marginalização; sociedade.

Abstract: This study addresses the subordination of black bodies, a phenomenon rooted in the social and political structures historically constructed by colonialism and slavery. It explores how these dehumanizing practices, which objectified and marginalized black bodies, continue to manifest themselves in contemporary contexts. From a counter-colonial perspective, the article aims to question the dominant narratives that perpetuate this subordination and propose forms of resistance.

Keywords: anthropology; marginalization; society.

INTRODUÇÃO

A subalternização dos corpos negros é um fenômeno profundamente enraizado nas estruturas sociais e políticas construídas ao longo da história, principalmente a partir do colonialismo e da escravidão. Essas práticas desumanizantes reduziram os corpos negros à condição de objetos, marginalizados tanto no plano material quanto no simbólico. Com a perpetuação dessas práticas em contextos contemporâneos, torna-se essencial entender como essa subalternização se manifesta e como ela pode ser combatida.

Este estudo tem como objetivo explorar a subalternização dos corpos negros a partir de uma perspectiva contracolonial. Isso significa questionar as narrativas dominantes que justificam e perpetuam essa subalternização, além de propor formas de resistência que desafiem as estruturas coloniais ainda presentes. A análise abordará tanto os mecanismos históricos quanto os contemporâneos de subalternização, buscando oferecer uma visão crítica e alternativa.

A relevância de discutir a subalternização dos corpos negros está diretamente ligada à persistência das desigualdades raciais nas sociedades contemporâneas.

Apesar dos avanços no campo dos direitos civis, as populações negras continuam a enfrentar desafios significativos em termos de acesso a recursos, representação política e respeito à dignidade humana. Entender a subalternização a partir de uma perspectiva contracolonial é crucial para a construção de sociedades mais justas e igualitárias.

A abordagem contracolonial não é apenas uma questão de mudar narrativas, mas também de desconstruir as bases sobre as quais se erguem as desigualdades raciais. Isso envolve um enfrentamento direto das heranças coloniais que moldam as relações sociais, econômicas e políticas. Um dos principais desafios é romper com as epistemologias eurocêntricas que continuam a dominar o conhecimento e a prática social, substituindo-as por perspectivas que valorizam a experiência e o saber dos povos negros.

O estudo está organizado em seções que seguem um percurso lógico. Primeiro, apresenta-se uma contextualização histórica da subalternização dos corpos negros. Em seguida, discutem-se os mecanismos contemporâneos que perpetuam essa subalternização. Posteriormente, introduz-se a perspectiva contracolonial como uma forma de resistência e transformação. Finalmente, faz-se uma análise crítica das propostas atuais de combate à subalternização, culminando com uma conclusão que sintetiza as ideias principais e sugere caminhos para o futuro.

A pesquisa sobre subalternização dos corpos negros, especialmente a partir de uma perspectiva contracolonial, contribui para o campo dos estudos pós-coloniais, das teorias críticas da raça e dos estudos de gênero. Além disso, tem implicações práticas para o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias de ativismo que possam efetivamente combater as desigualdades raciais. Ao articular essas diferentes dimensões, o estudo visa não apenas à produção acadêmica, mas também ao engajamento social.

Ao longo deste estudo, os leitores são convidados a refletir sobre suas próprias percepções e práticas em relação às questões raciais. Mais do que uma análise distante, o texto pretende provocar uma reflexão crítica que leve à ação concreta na luta contra a subalternização dos corpos negros. O desafio é grande, mas é também uma oportunidade de contribuir para a construção de um mundo mais justo e inclusivo.

Contextualização Histórica da Subalternização dos Corpos Negros

A subalternização dos corpos negros tem suas raízes mais profundas no colonialismo europeu e no sistema de escravidão que se desenvolveu a partir do século XV. As potências coloniais europeias não apenas exploraram os recursos naturais das colônias, mas também sequestraram milhões de africanos para serem vendidos como escravos nas Américas. Esses corpos foram desumanizados, tratados como mercadorias e sujeitos a uma violência extrema, tanto física quanto psicológica. Essa desumanização serviu para justificar a dominação colonial e a perpetuação de uma hierarquia racial.

O racismo, desde a época da colonização do Brasil, naturalizou e normatizou o açoitamento, entre outras práticas de tortura, e a objetificação dos povos negros como moeda de troca através da compra e venda de pessoas, pelo simples fato de serem negros. Por isso, todos os argumentos e lógica existentes naquele período eram usados como justificativas para as ações que praticavam (Freyre, 2003 *apud* Alves; Moreira, 2021, p. 5).

O colonialismo impôs uma hierarquia racial em que a branquitude era vista como superior e os corpos negros como inferiores. Essa hierarquia foi institucionalizada nas leis, nas práticas sociais e nas representações culturais da época. A subalternização dos corpos negros não se limitava à exploração econômica; ela também envolvia a negação de sua humanidade, cultura e identidade. Essa desumanização foi essencial para a manutenção do poder colonial e para a exploração contínua das populações negras.

No século XIX, o racismo científico emergiu como uma nova forma de justificar a subalternização dos corpos negros. Pseudociências foram utilizadas para argumentar que as pessoas negras eram biologicamente inferiores aos brancos. Essas ideias racistas não apenas reforçaram a hierarquia racial existente, mas também influenciaram políticas públicas, como as leis de segregação racial e o apartheid. A ciência foi, portanto, instrumentalizada para perpetuar a subalternização e a marginalização dos corpos negros.

Mesmo após o fim formal do colonialismo, as estruturas de subalternização dos corpos negros continuaram a existir nas sociedades pós-coloniais. As elites coloniais foram substituídas por elites locais que, em muitos casos, mantiveram as mesmas práticas de exploração e exclusão. Além disso, as ideias racistas que surgiram durante o colonialismo continuaram a influenciar as políticas e as relações sociais. O racismo estrutural, que é uma herança direta do colonialismo, ainda define as oportunidades e os destinos de milhões de pessoas negras em todo o mundo.

A escravidão deixou um legado duradouro nas sociedades onde foi praticada, especialmente nas Américas. As populações negras, muitas vezes descendentes de escravos, continuam a enfrentar discriminação e marginalização. Além disso, as desigualdades econômicas criadas pela escravidão foram perpetuadas ao longo do tempo, criando um ciclo de pobreza e exclusão que ainda é visível hoje. A subalternização dos corpos negros, portanto, não é apenas um fenômeno histórico, mas também uma realidade contemporânea que precisa ser abordada de maneira urgente.

A subalternização dos corpos negros não se deu apenas no campo econômico ou social, mas também no cultural. As culturas africanas foram sistematicamente desvalorizadas, demonizadas ou ignoradas pelas potências coloniais. Esse apagamento cultural foi uma forma de subalternização que visava impor a superioridade da cultura europeia. Até hoje, muitas tradições, línguas e práticas culturais africanas são marginalizadas, e o conhecimento produzido pelas comunidades negras é frequentemente desconsiderado ou apropriado sem reconhecimento.

Apesar da opressão, as populações negras sempre resistiram à subalternização. Desde as revoltas de escravos até os movimentos de libertação nacional no século XX, as pessoas negras têm lutado contra a desumanização e pela recuperação de sua dignidade e autonomia. Essa resistência é uma parte essencial da história da subalternização dos corpos negros e deve ser reconhecida como tal. Ao mesmo tempo, ela serve de inspiração para as lutas contemporâneas contra o racismo e a exclusão.

Mecanismos Contemporâneos de Subalternização

O racismo estrutural é um dos principais mecanismos contemporâneos de subalternização dos corpos negros. Ele se manifesta nas instituições que moldam a vida social, como o sistema de justiça, o mercado de trabalho e o sistema educacional. De acordo com Gonzales e Hasenbalg (1983, p. 69), “O racismo, cuja essência reside na negação total ou parcial da humanidade do negro e outros não-brancos, constituiu a justificativa para executar o domínio sobre os povos de cor. O conteúdo desta justificativa variou ao longo do tempo [...]. Essas instituições, muitas vezes, operam de maneira aparentemente neutra, mas na realidade reproduzem e reforçam desigualdades raciais. As políticas e práticas dentro dessas instituições frequentemente resultam na exclusão e marginalização das pessoas negras, perpetuando a hierarquia racial estabelecida durante o colonialismo.

No mercado de trabalho, as pessoas negras enfrentam discriminação em várias etapas, desde a contratação até as oportunidades de promoção. Mesmo quando possuem qualificações semelhantes ou superiores, trabalhadores negros frequentemente recebem salários mais baixos e são relegados a ocupações de menor prestígio e maior precariedade. Essa exclusão econômica não é acidental, mas parte de um sistema que historicamente valoriza menos o trabalho e a contribuição das populações negras. Além disso, a falta de representação negra em posições de poder reforça essa subalternização econômica.

O sistema educacional continua a ser um espaço de subalternização para os corpos negros. Em muitas partes do mundo, escolas em comunidades negras sofrem com a falta de recursos, infraestrutura inadequada e baixa qualidade de ensino. Além disso, os currículos muitas vezes ignoram ou distorcem a história e a cultura das populações negras, reforçando uma visão eurocêntrica do mundo. A falta de representatividade e o racismo institucionalizado nas escolas contribuem para as altas taxas de abandono escolar entre estudantes negros, limitando suas oportunidades futuras.

A mídia desempenha um papel crucial na perpetuação da subalternização dos corpos negros através de representações estereotipadas e desumanizadoras. As mulheres negras, por exemplo, são frequentemente hipersexualizadas, enquanto os homens negros são criminalizados. Essas representações reforçam percepções negativas que justificam a violência e a exclusão das populações negras. Além disso, a falta de diversidade na mídia, tanto em termos de representatividade quanto de narrativas, contribui para a manutenção desses estereótipos, limitando a compreensão pública das realidades e experiências das pessoas negras.

A subalternização dos corpos negros também é evidente nas disparidades de saúde. Pessoas negras enfrentam maiores dificuldades no acesso a cuidados médicos de qualidade, além de serem mais vulneráveis a doenças crônicas devido às condições socioeconômicas precárias. O racismo médico, que inclui desde preconceitos implícitos por parte dos profissionais de saúde até a falta de representatividade nas pesquisas médicas, contribui para essas desigualdades. Além disso, questões de saúde mental são frequentemente negligenciadas ou mal compreendidas dentro da população negra, agravando o impacto do racismo estrutural.

O sistema de justiça criminal é outro mecanismo contemporâneo de subalternização dos corpos negros. Pessoas negras são desproporcionalmente visadas por políticas de policiamento agressivas e encarceramento em massa. Elas enfrentam taxas mais altas de prisões, condenações e sentenças severas em comparação com suas contrapartes brancas. Além disso, a violência policial contra pessoas negras é uma realidade constante, resultando em mortes e traumas que afetam toda a comunidade. Esse tratamento desigual reflete e reforça a ideia de que os corpos negros são perigosos e merecem menos proteção e dignidade.

A subalternização dos corpos negros também se manifesta na exclusão de espaços de poder e decisão. Seja na política, nos negócios ou na cultura, as vozes negras são frequentemente marginalizadas ou ignoradas. A falta de representatividade nos espaços de poder significa que as questões e preocupações das comunidades negras raramente são prioritárias ou abordadas de maneira adequada. Isso perpetua um ciclo de exclusão e subalternização, onde as estruturas de poder continuam a ser dominadas por perspectivas brancas e eurocêntricas, que muitas vezes não refletem a diversidade e a complexidade das realidades negras.

Perspectiva Contracolonial

A perspectiva contracolonial propõe uma revisão crítica das narrativas dominantes que sustentam a subalternização dos corpos negros. Descolonizar o pensamento envolve questionar e desafiar as epistemologias eurocêntricas que definem o que é considerado conhecimento válido. Como Mignolo (2020, p. 206) aborda:

Existem várias possibilidades abertas ao futuro, das quais sublinharia apenas algumas, com vista a tornar visível a diferença colonial, o seu potencial epistêmico e os futuros alternativos que nos permitem imaginar. Caso contrário, a análise mais sofisticada de capitalismo histórico contribuirá para a reprodução da ideia de que o poder do capitalismo e o desejo de expansão e acumulação eliminam todas as diferenças possíveis.

Isso inclui valorizar e incorporar os saberes e as experiências dos povos negros e indígenas, que foram historicamente marginalizados e deslegitimados. Essa descolonização do conhecimento é essencial para romper com as estruturas coloniais que ainda informam as relações sociais, políticas e econômicas.

Além da descolonização do pensamento, é necessário dismantelar as estruturas coloniais que perpetuam a subalternização dos corpos negros. Isso envolve uma análise crítica das instituições e práticas que ainda operam segundo lógicas coloniais, como o sistema de justiça, a educação e o mercado de trabalho.

As áreas colonizadas do mundo foram alvos da cristianização e da missão civilizadora como projeto da narrativa da civilização ocidental e tornaram-se o alvo do desenvolvimento, da modernização e do novo mercado como o projeto do sistema-mundo moderno (Mignolo, 2020, p. 213).

A desconstrução dessas estruturas exige mudanças radicais, incluindo reformas políticas e sociais que desafiem a hierarquia racial e promovam a justiça racial. É um processo que requer tanto a ação governamental quanto o ativismo comunitário. A proposta contracolonial enfatiza a importância de reconhecer e valorizar as epistemologias negras, que oferecem alternativas às narrativas dominantes. Essas epistemologias são baseadas em experiências vividas de resistência, resiliência e sobrevivência, e são fundamentais para a construção de novas formas de conhecimento e prática social. Como diz Bispo (2023, p. 30), “O nosso movimento é o movimento da transfluência. Transfluindo, somos começo, meio e começo. Porque a gente transflui, conflui e transflui. Conflui, transflui e conflui. A ordem pode ser qualquer uma.” Ao valorizar essas perspectivas, desafia-se a noção de que o conhecimento eurocêntrico é universal, promovendo uma visão mais plural e inclusiva da realidade.

A história das populações negras é marcada por uma contínua resistência à subalternização, desde as revoltas de escravos até os movimentos contemporâneos. Essa resistência é uma expressão de resiliência frente à opressão e é uma parte essencial da perspectiva contracolonial. Ela demonstra que, apesar das tentativas de desumanização, as populações negras nunca aceitaram passivamente a subalternização. Em vez disso, elas continuam lutando por sua dignidade, direitos e autonomia. Essa questão se alinha ao que Bispo (2023, p. 62-63) apresenta sobre o colonialismo.

O desenvolvimento e o colonialismo chegam subjugando, atacando, destruindo. Quando se introduz o desenvolvimento em espaços onde o povo vive do envolvimento, quando modos de vida são atacados, quando o envolvimento é atrofiado, inviabilizado e enfraquecido, vai haver reação.

As mulheres negras têm desempenhado um papel central na resistência contra a subalternização, tanto historicamente quanto nos movimentos contemporâneos. Elas têm sido líderes em lutas pela justiça racial, direitos civis e igualdade de gênero, desafiando não apenas o racismo, mas também o sexismo dentro e fora de suas comunidades. A perspectiva contracolonial reconhece a importância da interseccionalidade, entendendo que a subalternização dos corpos negros é uma experiência que varia de acordo com o gênero, a classe e a sexualidade.

Gayatri C. Spivak (1995) coloca a questão “Pode a subalterna falar?”, à qual logo responde: “Não!” É impossível para a subalterna falar ou recuperar sua voz e, mesmo que ela tivesse tentado com toda sua força e violência, sua voz ainda não seria escutada ou compreendida pelos que estão no poder (Kilomba, 2019, p. 47).

A luta contra a subalternização dos corpos negros deve incluir a demanda por reparações históricas e justiça racial. Isso significa reconhecer e compensar os danos causados pelo colonialismo, escravidão e racismo estrutural. As reparações podem assumir várias formas, desde compensações financeiras até a implementação de políticas que promovam a equidade racial. Além disso, a justiça racial requer a transformação das instituições e práticas que perpetuam a exclusão das populações negras, garantindo que elas tenham voz e poder em todos os aspectos da sociedade.

A educação é uma ferramenta crucial na luta contra a subalternização dos corpos negros. Uma educação antirracista e descolonizadora desafia as narrativas eurocêntricas, promovendo uma compreensão mais ampla e inclusiva da história e das culturas negras. Isso inclui a revisão dos currículos escolares, a formação de professores para lidar com questões raciais e a promoção da representatividade negra em todos os níveis educacionais. A educação deve ser vista não apenas como um meio de transmissão de conhecimento, mas também como um espaço de transformação social e resistência.

Análise Crítica das Propostas Atuais de Combate à Subalternização

As abordagens tradicionais de combate ao racismo muitas vezes falham em enfrentar as raízes profundas da subalternização dos corpos negros. Elas tendem a tratar o racismo como um problema de atitudes individuais, focando em campanhas de conscientização ou em iniciativas de diversidade que não abordam as estruturas de poder subjacentes. Essas abordagens, embora bem-intencionadas, muitas vezes resultam em soluções superficiais que não alteram significativamente a realidade vivida pelas populações negras. Para um combate eficaz à subalternização, é necessário ir além dessas iniciativas e questionar as bases estruturais que sustentam a desigualdade racial.

No contexto neoliberal, as propostas de inclusão muitas vezes são reduzidas a uma lógica de mercado, onde a diversidade é valorizada apenas na medida em que contribui para o lucro. Empresas e instituições adotam políticas de diversidade que, na prática, não promovem mudanças significativas nas estruturas de poder. Bispo (2023, p. 14) dialoga sobre o termo “cosmofobia” que nos faz refletir sobre toda a lógica mercadológica na qual estamos inseridos.

A cosmofobia é responsável por esse sistema cruel de armazenamento, de desconexão, de expropriação e de extração desnecessária. A cosmofobia também é responsável pelo lixo.

Por que existe tanto lixo? Porque as pessoas acumulam mais do que o necessário e o tempo passa. Elas precisam de certa quantidade de frutos, mas compram mais que o necessário.

Essas políticas tendem a focar na inclusão de indivíduos negros em posições de prestígio, sem abordar as desigualdades sistêmicas que afetam a maioria da população negra. Essa abordagem não só é insuficiente, como também pode reforçar a subalternização ao apresentar uma inclusão meramente simbólica e superficial.

A interseccionalidade é uma ferramenta crítica fundamental para a compreensão e o combate à subalternização dos corpos negros. Ela permite uma análise mais complexa das múltiplas formas de opressão que interagem para marginalizar as populações negras, incluindo raça, gênero, classe, sexualidade e outras identidades. As abordagens tradicionais muitas vezes negligenciam essas interseções, resultando em políticas que não atendem às necessidades específicas de diferentes grupos dentro da comunidade negra. A adoção de uma perspectiva interseccional é essencial para desenvolver estratégias de combate à subalternização que sejam verdadeiramente inclusivas e eficazes.

A representatividade negra em espaços de poder é frequentemente vista como uma solução para a subalternização, mas essa abordagem tem suas limitações. Embora a presença de pessoas negras em posições de destaque seja importante, a representatividade por si só não é suficiente para transformar as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade racial. Sem mudanças estruturais, a representatividade pode ser reduzida a um tokenismo, onde a inclusão de indivíduos negros serve apenas para legitimar sistemas que continuam a oprimir a maioria da população negra. Portanto, é necessário complementar a representatividade com ações que desafiem e transformem as estruturas de poder.

As políticas públicas voltadas para a igualdade racial têm desempenhado um papel importante na luta contra a subalternização dos corpos negros, mas também enfrentam desafios significativos. Muitas dessas políticas são implementadas de forma inadequada ou insuficiente, e frequentemente enfrentam resistência política e social. Além disso, as políticas públicas muitas vezes não levam em conta as complexas realidades das populações negras, resultando em soluções que não abordam plenamente suas necessidades e desafios. Uma análise crítica das políticas públicas é necessária para garantir que elas sejam realmente eficazes na promoção da justiça racial.

Movimentos sociais têm desempenhado um papel crucial na luta contra a subalternização dos corpos negros, trazendo questões de racismo e violência policial para o centro do debate público. Esses movimentos têm sido eficazes em mobilizar comunidades, influenciar políticas e aumentar a conscientização sobre as desigualdades raciais. No entanto, eles também enfrentam desafios, incluindo a repressão estatal e a tentativa de cooptar suas demandas para servir a interesses políticos e econômicos. A análise crítica desses movimentos é essencial para entender suas contribuições e limitações na luta contra a subalternização.

Alianças entre diferentes grupos oprimidos podem ser uma estratégia eficaz na luta contra a subalternização dos corpos negros. Essas alianças permitem a construção de coalizões mais amplas que podem desafiar as estruturas de poder de forma mais eficaz. No entanto, é importante que essas alianças sejam construídas de maneira equitativa, respeitando as diferentes experiências e necessidades dos grupos envolvidos. A solidariedade interseccional deve ser baseada no reconhecimento mútuo e na luta comum contra todas as formas de opressão, garantindo que a luta contra a subalternização seja verdadeiramente inclusiva e transformadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, exploramos a subalternização dos corpos negros a partir de uma perspectiva contracolonial, abordando tanto os mecanismos históricos quanto os contemporâneos que perpetuam essa subalternização. Discutimos como o colonialismo e a escravidão estabeleceram as bases para a hierarquia racial que ainda define as sociedades contemporâneas, e como essas estruturas são mantidas e reforçadas por instituições e práticas atuais. Além disso, introduzimos a perspectiva contracolonial como uma forma de resistência que desafia as narrativas dominantes e promove a justiça racial.

A adoção de uma perspectiva contracolonial é crucial para a luta contra a subalternização dos corpos negros. Essa abordagem não apenas questiona as bases epistemológicas e estruturais da subalternização, mas também propõe alternativas que valorizam o conhecimento e as experiências das populações negras. A descolonização do pensamento e das instituições é um passo necessário para a construção de sociedades mais justas e igualitárias, onde a dignidade e a autonomia das pessoas negras sejam plenamente reconhecidas e respeitadas.

A luta contra a subalternização dos corpos negros enfrenta desafios significativos, incluindo a resistência das estruturas de poder e a complexidade das opressões interseccionais. No entanto, também existem oportunidades para avançar nessa luta, especialmente através do fortalecimento de movimentos sociais, da implementação de políticas públicas eficazes e da construção de alianças interseccionais. A resistência histórica das populações negras oferece inspiração e orientação para essas lutas contemporâneas, demonstrando que a subalternização pode e deve ser desafiada e transformada.

A educação desempenha um papel central na luta contra a subalternização, servindo tanto como um espaço de reprodução de desigualdades quanto como um campo de resistência e transformação. A promoção de uma educação antirracista e descolonizadora é essencial para desafiar as narrativas eurocêntricas e promover uma compreensão mais ampla e inclusiva das realidades negras. Além disso, a educação deve ser vista como uma ferramenta para capacitar as populações negras, fornecendo-lhes os conhecimentos e habilidades necessários para participar plenamente na vida social, econômica e política.

O futuro da luta contra a subalternização dos corpos negros dependerá de nossa capacidade de continuar a desafiar e transformar as estruturas coloniais que ainda permeiam a sociedade. Isso exigirá um compromisso contínuo com a justiça racial, incluindo a implementação de políticas que abordem as desigualdades sistêmicas e a promoção de uma cultura que valorize a diversidade e a inclusão. Além disso, será necessário um esforço conjunto para garantir que as vozes negras sejam ouvidas e respeitadas em todos os níveis da sociedade, desde a base até as posições de poder.

A luta contra a subalternização dos corpos negros não pode ser reduzida a uma questão teórica; ela exige ação concreta e reflexão contínua. As mudanças estruturais necessárias para alcançar a justiça racial requerem tanto a mobilização política quanto a transformação pessoal e coletiva. Cada indivíduo tem um papel a desempenhar nessa luta, seja através do ativismo, da educação ou do apoio a políticas públicas que promovam a equidade racial. A combinação de ação e reflexão é o caminho para a construção de uma sociedade onde todos os corpos sejam valorizados e respeitados.

O corpo negro ainda sente na pele os reflexos de séculos de abandono e tentativas de desumanizar o seu ser. Portanto, desconstruir a ideologia de diferenças hierárquicas pela pigmentação da pele é um exercício contínuo. A percepção do corpo/corporeidade significa compreender o ser-no-mundo em sua totalidade, em constante busca de sentidos para a sua existência (Alves; Moreira, 2021, p. 13).

Este estudo é apenas um ponto de partida para a discussão sobre a subalternização dos corpos negros e as formas de combatê-la. É essencial que este debate continue, tanto na academia quanto na sociedade em geral, e que novas vozes e perspectivas sejam incluídas na conversa. Somente através de um diálogo contínuo e inclusivo poderemos desenvolver as estratégias necessárias para desafiar e superar a subalternização, construindo um futuro mais justo e igualitário para todos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Érika Cristina Silva; MOREIRA, Wagner Wey. **Corpo/corporeidade do negro**. *Dialogia*, [S. l.], n. 38, p. e20450, 2021. DOI: 10.5585/38.2021.20450. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/20450> Acesso em: 01 ago. 2024.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. Piseagrama, Ubu.pp. 41-63

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **COLONIZAÇÃO, QUILOMBOS modos e significados**. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa – INCTI. Universidade de Brasília - UnB-Brasília, 2015.

DUMAS, A. G. **Corpo negro: uma conveniente construção conceitual**. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 18,

2019, Salvador. Anais... Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2019, p. 1-9. Disponível em: < <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-484/111785.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2024.

GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero, 1982. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/lc3a9lia-gonzales-carlos-hasenbalg-lugar-de-negro1.pdf>

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 244 p.

MIGNOLO, Walter D. **A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial**. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. Em: Edgardo Lander.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010. 135 pp. 7-20; 85-126.